



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

CONTRATO 088/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° 184/2022

CREDENCIAMENTO N° 005/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE, com sede na Av. Oscar Ornelas, n° 152, Centro da cidade de Cabo Verde/MG, inscrito no CNPJ sob o n° 17.909.599/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Cláudio Antônio Palma**.

CONTRATADO: MARIA CRISTINA PEREIRA 041.961.486-97, CNPJ: 46.606.180/0001-50, com sede à Rua Venda Larga 149, Chapadão, na cidade de Cabo Verde/MG, CEP: 37.880-000, neste ato, devidamente representada pela **MARIA CRISTINA PEREIRA**, denominado simplesmente contratado.

Tendo-se em vista os autos do Processo Licitatório n° 184/2022, Inexigibilidade n° 011/ 2022 as partes acima identificadas e devidamente qualificadas, celebram o presente “CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PADEIRO CONFEITEIRO, que será regido pelas cláusulas abaixo descritas, além dos termos contidos na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DESTES CONTRATOS

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E OU JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES/INSTRUTORES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NAS ÁREAS DE CORTE E COSTURA MODA ÍNTIMA, PEDREIRO, PADEIRO E CONFEITEIRO, INFORMÁTICA, MANICURE, NO “PROGRAMA MUNICIPAL PROFISSIONALIZANTE” JUNTO ÀS SECRETARIAS



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO POPULAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

CLAÚSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.0 O preço que o município pagará pelos serviços de Monitor/Facilitador/Oficineiro sob regime de convocação corresponde a quantia definida na tabela abaixo:

Item	Monitor/Facilitador/Oficineiro	Carga horária	Valor hora/aula
03	Instrutor de curso de padeiro/confeiteiro - possuir amplo conhecimento na área, possuir curso técnico ou trabalhar na profissão a pelo menos 01 (um) ano;	Até 40 horas semanais	R\$ 18,00 Hora trabalhada

2.2 No valor acima estão inclusos os custos diretos para perfeita execução do serviço.

2.3 Os valores serão corrigidos anualmente pelo IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial.

CLAÚSULA TERCEIRA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0- As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do(s) serviço(s) realizado(s) estão previstas e indicadas no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal Cabo Verde, sendo:

02 09 02 12 361 1202 2.045 339036 ficha 311 Serviços de Terceiro Pessoa Física 02
09 02 12 361 1202 2.045 339039 ficha 212 Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

CLÁUSULA QUARTA - AS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

- 4.1 Atuar nos locais e horários indicados pela Secretaria Municipal de Educação;
- 4.2 Cumprir com pontualidade os horários das aulas, independente do local a ser ministrada.
- 4.3 Tratar com respeito os outros professores, técnicos, e demais colegas de trabalho do setor;
- 4.4 Utilizar com zelo e cuidado as acomodações, aparelhos e instrumentos colocados à disposição para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários;
- 4.5 Respeitar as rotinas estabelecidas;
- 4.6 Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- 4.7 Respeitar as deliberações da direção técnica.
- 4.8 Ficar a cargo da Pessoa Contratada o seu transporte para o local/Escola onde for convocada a ministrar as aulas.
- 4.9 É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

- 5.0 Efetuar pagamento dos serviços regularmente prestado conforme determinado no presente instrumento.
- 5.1 Fiscalizar a correta prestação dos serviços.
- 5.2 Rescindir o termo de credenciamento nos casos de descumprimento das obrigações contratuais firmadas, impropriedade dos serviços prestados, observado o contraditório e ampla defesa do credenciado.



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

6.1- O prazo de vigência do credenciamento será a partir da data de assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado, a critério da administração nos termos do art. 57 da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA SETIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1- A prestação de serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, incumbindo aos que o executam sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

CLAÚSULA OITAVA DO PAGAMENTO

8.0 O pagamento se fará exclusivamente através de crédito bancário, na conta corrente de titularidade do credenciado.

8.1 O CREDENCIANTE pagará pelos serviços efetivamente realizados até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação de Serviços.

8.2 As empresas deverão apresentar o Certificado de regularidade junto ao INSS e FGTS, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal.

8.3 O preço acordado será pago deduzidos os encargos devidos por ocasião da prestação do serviço, se for o caso.

8.4 Não serão realizados pagamentos em cheque.



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.0 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência, sujeitando a CREDENCIADA às sanções enumeradas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e às multas previstas neste instrumento:

9.1 - Advertência. 8.2 - Multas: 8.2.1. Multa no valor de 5,0% (cinco por cento) do valor devido, pelas seguintes infrações:

- a) Atraso em até 30 (trinta) minutos para chegada ao local determinado;
- b) No caso do CREDENCIADO se conduzir dolosamente durante a execução do contrato de credenciamento;

9.2.2. Multa no valor de 10,0% (dez por cento) do valor devido e rescisão contratual, pelas seguintes infrações:

- a) Atraso superior a 30 (trinta) minutos para chegada ao local determinado;
- b) Exigência de pagamento de valores referentes a consultas diretamente dos pacientes.
- c) Infração ao Código de Ética Médica. 8.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal conforme disposto no inciso III artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

9.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja declarada a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.5 As penalidades de advertência e multas previstas nos itens 8.1 e 8.2. serão aplicadas de ofício ou a vista de proposta do responsável pela inobservância do ajustado.

9.6 A aplicação da penalidade de suspensão temporária e declaração de inidoneidade é de competência da Secretaria de Saúde, facultada a defesa do CREDENCIADO no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

9.7 Além das hipóteses anteriores poderá o CREDENCIANTE rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de



Prefeitura Municipal de Cabo Verde Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

indenização, por deixar o contrato de atender às condições mínimas necessárias para prestação dos serviços, como nos casos de doença.

CLÁUSULA DECIMA - DAS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS

10.0 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste TERMO, dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

Parágrafo Único: Toda providência tomada tanto pela **CREENCIANTE** quanto pela **CREENCIADA**, visando racionalização ou aperfeiçoamento na gestão dos serviços, será objeto de renegociação das Cláusulas deste TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.0 A **CREENCIANTE** providenciará a publicação do presente TERMO no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Cabo Verde MG, para dirimir questões que porventura se originem do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente CREDENCIAMENTO, em 03 vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste TERMO.

Cabo Verde, 01 de outubro de 2022.



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA CRISTINA PEREIRA 041.961.486-97
MARIA CRISTINA PEREIRA
CRENCIADO

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de Cabo Verde

Estado de Minas Gerais

Av. Oscar Ornelas n.º 152 – Tel/Fax (35) 3736.1220

CNPJ. : 17.909.599/0001-83 – CEP. 37880-000

Data fundação: 15/08/1762 – Emancipação Político-Administrativa 30/10/1866
